**R\$ 1.212** R\$ 5,631 (-0,085%)

Dólar Na sexta-feira Últimas cotações (em R\$) 5,576 5,690

5,712

Euro Comercial, venda na sexta-feira R\$ 6,399

Capital de giro Na sexta-feira

6,76%

**CDB** 

9,42%

Inflação IPCA do IBGE (em %) Julho/2021 Outubro/2021 Novembro/202

### Num ano de eleições, é possível avançar com reformas como a tributária?

As dificuldades não devem nos inibir. Pelo contrário, devem servir como estímulo. Temos bons projetos tramitando no Senado e na Câmara, que não são perfeitos, mas são bons pontos de partida, estão bastante amadurecidos e podem ser ajustados para se chegar a uma proposta de consenso que nos permita avançar. Lembro que o setor bancário tem críticas a eles: consideramos que estamos sendo penalizados com aumento de carga tributária, mas não podemos olhar apenas para o nosso umbigo. É preciso repensar o Estado, para melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços públicos. Temos uma agenda de grandes avanços a perseguir que vai muito além de temas como o peso da máquina pública, a estabilidade dos servidores públicos. Para avançarmos na melhoria da saúde e da educação, que levarão a ganhos na produtividade do trabalho, teremos de combinar de alguma forma a expertise do setor privado com o controle público, por exemplo, com boas agências regulatórias, sem interferências políticas ou do governo de plantão, seja qual for.

### E a melhoria do ambiente de negócios?

Também é crucial. Nesse ponto, temos avançado e estamos tendo uma espécie de revolução silenciosa, com pouca ou nenhuma atenção dos mercados. Além da reforma trabalhista, que, espero, não retroceda, tivemos a Lei da Liberdade Econômica, a autonomia do BC, a lei do marco cambial e todo o programa de concessões. Temos de insistir neste caminho, reforçando o marco legal de garantias, que parece ser uma nova prioridade do governo, e ampliar a segurança jurídica de forma geral em nossa economia. A urgência e a pressa que temos não podem sucumbir às dificuldades do ano eleitoral. Não dá para, a cada quatro anos, perdermos um com eleições. É muito desperdício isso. É a desculpa perfeita para cruzar os braços. Não podemos nos dar ao luxo de ficarmos parados por mais um ano.

## Quais são as perspectivas para 2022? É possível esperar uma recuperação da economia ou vamos viver mais uma recessão? Por quê?

Ainda é muito cedo para projetarmos recessão. Minha expectativa é de um crescimento mais modesto, com expansão do PIB próxima a 1%, se muito. Mas é certo que este ano será de grandes desafios e precisamos ter serenidade e perseverança para enfrentá-los. Embora a alta forte da taxa Selic vá impactar negativamente a atividade, ainda há fatores que apontam para crescimento neste ano. Além de investimentos que estão previstos, advindos de concessões, o setor de serviços deve continuar se beneficiando do processo de reabertura econômica, desde que não haja piora da pandemia e retrocessos no processo de retomada. O setor agrícola também terá peso relevante, beneficiado pela melhora das condições climáticas e a expectativa de uma boa safra em 2022. No caso da indústria, a coisa está mais feia, e ainda é difícil saber até quando irão as restrições de acesso aos insumos. Uma normalização mais rápida poderia dar algum impulso positivo, mas, por enquanto, ainda não é possível contar com este fator. Por fim, estou muito preocupado com a inflação, e o varejo deve apresentar um resultado fraco, impactado pela perda do poder de compra e pela alta dos juros.

Uma onda de pessimismo tomou conta dos agentes econômicos, sobretudo na área fiscal. Como reverter



A urgência e a pressa que temos não podem sucumbir às dificuldades do ano eleitoral. Não dá para, a cada quatro anos, perdermos um com eleições. É muito desperdício isso. É a desculpa perfeita para cruzar os braços"

## isso? Apenas reformas como a administrativa e a tributária bastam?

Isso só não bastaria. Os agentes econômicos, por definição, antecipam cenários, têm alta sensibilidade e precisamos estar dade fiscal é como reputação, difícil de construir e muito fácil de perder. Não podemos deixar se consolidar a percepção de que o cristal do arcabouço fiscal foi quebrado. Há um sentimento de falta de garantia da preservação do equilíbrio fiscal e da sustentabilidade da dívida. A fagulha, que quase pegou fogo, veio na discussão do Orçamento e da PEC dos Precatórios, quando o mercado e os agentes econômicos ficaram com a impressão de que o governo, com apoio do Legislativo, abriria mão do teto dos gastos e, portanto, do equilíbrio fiscal. O resultado foi a ampliação dos prêmios de risco, pressão no dólar e elevação das taxas de juros nos mercados futuros, e toda sociedade paga por isso.

E os resultados fiscais? É paradoxal e triste que isso tenha acontecido no momento em que os resultados fiscais foram os melhores da série histórica. A arrecadação até novembro aumentou 18,1% em relação ao ano de 2020 e, mesmo em comparação com 2019, cresceu 8,7%. Esperava-se para 2021 um deficit primário de R\$ 222 bilhões e a relação dívida PIB em 90,8%. Pois fechamos o ano, provavelmente, com um deficit do governo central inferior a R\$ 80 bilhões e com superavit ou equilíbrio operacional no setor público consolidado e a relação dívida/PIB em 81,6%, bem melhor que no início do ano e muito melhor do que as estimativas do mercado.

# Mas por que, então, tanta

desconfiança? Muito simples: os mercados olham para a frente e o que enxergam é que esses bons resultados provavelmente não vão se sustentar. Com a aprovação do Orçamento e a limitação dos gastos extras e as declarações, tanto do ministro Paulo Guedes quanto de líderes do Legislativo com os compromissos fiscais, acho que parte do pessimismo está se dissipando. Mas ainda é pouco. É preciso resistir à onda populista de mais gastos fiscais. E só tem uma vacina: fechar a torneira. Precisamos que Executivo e Legislativo sigam dando mais do que sinais de compromisso com o equilíbrio fiscal e com a sustentabilidade da dívida.

## **Estamos praticamente** há dois anos enfrentando uma grave pandemia. O pior já passou, mesmo com a variante ômicron? O que mudou no sistema

financeiro? A pandemia está se provando um cenário muito mais desafiador e, se a pergunta tivesse sido feita há um mês, a resposta seria diferente da de hoje. Os novos casos da variante ômicron no mundo e o aumento das notificações no Brasil mostram que o cenário ainda é totalmente incerto. Ao que tudo indica, o pior efeito da pandemia parece ter passado, mas o vírus continua circulando, eu mesmo estou convalescendo de uma infecção por covid. Além de dolorosa para milhões de pessoas, com custos pessoais, econômicos e sociais para todo o planeta, particularmente no sistema financeiro, a doença mudou muita coisa. Focamos em medidas para atenuar os efeitos da crise e fizemos fortes incentivos no mercado de crédito. Nessa pandemia, posso citar uma robusta concessão de R\$ 7,5 trilhões e a repactuação de quase R\$ 19 milhões de empréstimos pelos bancos, num saldo devedor total de R\$ 1,1 trilhão, ou seja, 30% da carteira total de crédito foi renegociada. Em 2021, o mercado de crédito voltou à normalidade e mostrou desempenho excepcional.

## Não houve aumento da inadimplência entre os

bancos? Os indicadores de ativos problemáticos e inadimplência seguiram em trajetória de queda ou estabilidade, permanecendo em níveis historicamente baixos. Do total de 1,1 trilhão de operações repactuadas, 70% já retornaram ao fluxo normal de pagamentos. Assim, os bancos puderam reduzir o volume de despesas de provisões e retomaram um nível de rentabilidade mais próximo do anterior à pandemia, essencial para preservação da solidez e da sua capacidade em emprestar. O sistema financeiro evoluiu ainda mais nesses anos. mostrou novamente seu importante papel na solução de crises e sua preocupação com o cliente, denotado pelo seu alto nível de tecnologia, capilaridade, eficiência e resiliência. Conseguimos garantir segurança, solidez, modernidade e inovação a 164 milhões de clientes e atingir um nível de bancarização de 96% em 2021, ante 85% em 2019.

# E os consumidores?

Também mudou o comportamento do consumidor, que passou a adotar maior quantidade de transações bancárias pelos canais eletrônicos. Das 103 bilhões de transações bancárias observadas em 2021, 67% delas foram realizadas pela internet ou pelo celular. Isso só foi possível gracas aos consistentes investimentos realizados pelo setor bancário nos últimos anos, mantendo o Brasil na vanguarda da inovação bancária e da prestação de serviços eletrônicos, muito à frente de outros países. Há anos, aquilo que hoje as fintechs tentam roubar a cena, o setor bancário identificou a questão de tecnologia como algo importante no cotidiano do consumidor e, em 2021, consolidou este posicionamento com aumento do orçamento em tecnologia para R\$ 25,7 bilhões, maior do qualquer outro setor.

## Em outras crises, o crédito secou, agravando os problemas econômicos. Desta vez foi diferente?

Essa crise não começou no setor financeiro e fomos fundamentais para manter a economia funcionando nos primeiros meses da pandemia e depois, mantendo negócios e salvando milhares de empregos em todo o país. Até hoje me pergunto onde estavam as fintechs e o que elas, efetivamente, fizeram nessa pandemia. Os bancos, não custa repetir, foram e são parte essencial da solução e nunca, repito, nunca se viram números tão expressivos de concessão de crédito e repactuação de dívidas. Disponibilizamos R\$ 7,5 trilhões em crédito desde o início da pandemia, repactuamos 19 milhões de contratos e viabilizamos o pagamento de auxílio emergencial a 14 milhões de cidadãos brasileiros que não tinham atendimento bancário. Em 2021, assim como em 2020, o crédito funcionou como muro de contenção para a preservação da atividade econômica. Os bancos irrigaram a economia com forte expansão de sua carteira, especialmente nos recursos destinados às famílias. Isso se acelerou com a reabertura das atividades econômicas em decorrência principalmente do avanço da vacinação no país.

## Quanto aumentou a carteira de crédito?

Após crescer 15,6% em 2020, a ma Financeiro Nacional deve ter tido incremento muito próximo disso em 2021, algo como 15%. Esta alta foi liderada pelo crédito para as famílias, cuja expansão ficou perto de 20%, a maior desde 2010. Quem fez isso? Os bancos, tão criticados pelos seus lucros. Na pandemia, aumentamos o saldo em 52% de empréstimos para microempresas e 38% para pequenas empresas, concedemos 212% a mais em recursos para o crédito rural, que beneficiaram 1,665 milhão de pessoas, 51,6% a mais de empréstimos para compra da casa própria, favorecendo meio milhão de famílias, e 24,5% a mais de recursos para quase 5 milhões de brasileiros comprarem carros e caminhões. No caso do crédito para as empresas, o crescimento em 2021 deve ter sido um pouco menor, próximo a 10%, ainda assim, bastante expressivo, considerando que essa carteira saltou 21,8% em 2020 e que houve a reabertura do mercado de capitais. Isso deslocou a demanda das grandes empresas do crédito bancário para esta fonte de financiamento.

Como isso foi possível? Graças a uma série de medidas adotadas pelo governo, ao Banco Central e à proatividade dos bancos na renegociação das dívidas, que permitiu que a inadimplência recuasse para níveis historicamente baixos (atualmente, em 2,3% da carteira total ante 3% em fevereiro de 2020). Para 2022, a expectativa é de uma desaceleração no ritmo de crescimento da carteira de crédito próximo a 7%, retornando para um ritmo similar ao de antes da pandemia.

## Que desafios estão colocados para os bancos daqui por

diante? Os bancos fazem parte da sociedade e da economia brasileira e não podemos perder o foco na nossa atividade primária, que é a concessão de crédito para pessoas e empresas. Assim, temos preocupações com tentativas de aumento no custo do crédito, como mais impostos, o que tem sido danoso para garantir maior

fluxo de recursos para quem precisa nesse momento de retomada. Mais imposto para banco pode até dar voto, mas é aumento de custo na veia para o tomador de crédito. É um tiro no pé. O desafio também é garantir a sustentabilidade do crescimento do crédito para incentivar a retomada mais agressiva da atividade econômica. As recentes elevações das taxas de juros, necessárias de um lado, terão efeito no crescimento econômico e potencial elevação da inadimplência. Adicionalmente, é preciso pensar em como voltar a fomentar mecanismos de financiamentos de longo prazo para criarmos as condições necessárias para investimento em infraestrutura.

## Vimos, nos últimos dois anos, uma revolução no sistema financeiro, como o Pix. O que mais está por vir?

Quando se fala em tecnologia de finanças, os bancos estão na vanguarda há três décadas, desde a chegada da internet no Brasil e muito antes de surgirem as atuais fintechs. O Pix foi mais uma dessas novidades. Ele atingiu 1,4 bilhão de transações somente no mês de novembro, reduziu a utilização de cédulas em R\$ 40 bilhões e trouxe milhares de pessoas para a inclusão social, um grande feito do presidente do BC, Roberto Campos Neto. Também já estão em funcionamento as primeiras etapas do Open Banking, sistema de compartilhamento de informações, que trará benefícios para o cliente final, isso é mais empoderamento do cliente, que passará a ter maior controle e transparência sobre suas informações financeiras. Mas não é só isso. Uma revolução tecnológica está acontecendo nos bastidores do setor bancário. O uso cada vez mais frequente de algoritmos preditivos, inteligência artificial, Blockchain, chatbot e ambientes cada vez mais seguros com uso de biometria trarão aos clientes ainda maior segurança e confiabilidade para os próximos anos. Isso tudo sem contar com a moeda digital, a ser lançada pelo Banco Central e que encontrará a infraestrutura necessária para sua utilização pelo setor privado. O setor bancário já começou a estudar as principais iniciativas que poderiam ser contempladas pelo Real Digital, levando benefícios tangíveis a alguns setores da economia.

## Como o senhor vê o papel dos bancos para a tão esperada recuperação da economia?

Como mencionei, os bancos desempenharam papel crucial nesta pandemia, o que contribuiu para a economia não colapsar. Em 2022, vamos manter o protagonismo e seguir oxigenando os negócios e a economia, ofertando crédito e prestando serviços para empresas e famílias. Temos um setor bancário forte, bem capitalizado, muito seguro e eficiente. Mesmo com o recuo da atividade econômica, os bancos seguiram expandindo o crédito num ritmo impressionante e as taxas de juros e os spreads recuaram de forma importante durante a pandemia. Infelizmente, a alta da Selic vai interromper a trajetória de queda dos juros bancários. Para ampliar ainda mais o papel dos bancos na retomada da economia, nossa agenda tem dois pilares básicos. O primeiro é a redução do custo da intermediação financeira em nosso país, que é absurdo e completamente fora da curva. O segundo é a redução das assimetrias regulatórias que vem afetando o desempenho do setor bancário tradicional nos últimos anos, vamos ter de abrir de vez essa ferida das distorções. Não é razoável que instituições financeiras que já têm relevante participação em determinados mercados, com porte e risco dos grandes bancos, continuem se beneficiando de um arcabouço regulatório próprio para os entrantes.